

## JOHN LOCKE (1632-1704)



*A liberdade dos homens sob um governo consiste em ter uma regra estabelecida para viver, comum a todos os membros da mesma sociedade, e decretada pelo poder legislativo erigido por esta sociedade; e a liberdade de seguir a minha própria vontade em tudo o que não for prescrito por regra; e não ter que me submeter à vontade inconstante, incerta, desconhecida e arbitrária de um outro homem.*

♦ Cabe-lhe a consagração do princípio da separação de poderes e o entendimento da governação como um *trust*, fundando deste modo o moderno princípio da separação de poderes. Primeiro, a separação entre o poder civil e o poder religioso; depois, o próprio mecanismo da separação dos vários poderes do poder civil

♦ Porque no soberanismo absolutista, o poder supremo não só não admitia o controlo fáctico, da divisão e separação de poderes, como o próprio controlo normativo, nomeadamente pela não admissão do conceito de abuso do poder, esse poder supremo que, em nome de um *terrorismo da razão*, acabou por ser a fonte primordial do próprio *terrorismo de Estado*.

♦ Médico de profissão, tem a sua vida intimamente ligada à de Anthony Ashley Cooper, Lord Ashley e futuro conde de Shaftesbury, membro influente dos *whigs*, os defensores dos poderes do parlamento. Assim, quando Ashley, entre 1672 e 1675, se torna Lord High Chancellor, durante o reinado de Carlos II, logo Locke assume o cargo de secretário do *Board of Trade*. Tudo se altera, a partir de 1685, com a subida ao trono de Jaime II. Em 1683, já temos Locke no exílio das Províncias Unidas, entre os partidários dos poderes do parlamento, apoiando a causa de Guilherme de Orange, casado com Maria, a primogénita de Carlos II. No ano seguinte, com o desembarque de Guilherme de Orange, em 5 de Novembro, que, desde logo, assume o título de *regente do reino*, desencadeia-se a *Glorious Revolution* que não envereda por um banho de sangue, mas antes pelo estabelecimento de um consenso entre o rei e o

parlamento, como acontece a partir da *Declaration of Rights*, de 1689. Porque *wherever law ends, Tyranny begins...*

◆ Nesse mesmo ano, em Fevereiro, eis John Locke de regresso à Grã-Bretanha, aliás, no mesmo navio que transportava a rainha Maria. As principais obras políticas de Locke, inserem-se nesse ambiente de luta pelo consenso, sendo de destacar os *Two Treatises of Government*, publicados em Outubro de de 1689, com a data de 1690, mas elaborados entre 1679 e 1681. No primeiro tratado, originalmente dito *The False Principles and Foundations of Sir Robert Filmer and his Followers are Detected and Overthrown*, uma vigorosa refutação da obra de Robert Filmer, *Pathriarca*; no segundo, intitulado *Essay Concerning the True, Extent, and End of Civil Government*, um ataque ao *Leviathan* de Thomas Hobbes. As *Letters on Toleration*, de 1689-1692, são o desenvolvimento das teses contidas na obra anterior. Finalmente, temos o célebre *Essay Concerning Human Understanding* de 1690, onde, na linha do empirismo britânico, se defende a filosofia do *common sense* e da *reasonableness*.

• *Essays on the Law of Nature*.

• *Letters concerning Toleration*, 1685-1692.

• *Two Treatises of Government*, Londres, 1689, cfr. ed. de Peter Laslett, Cambridge University Press, 1988; surgiu em 1833, em Londres, uma trad. port., de João Oliveira de Carvalho, *Ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e fim do governo civil*.

• *The Reasonableness of Christianity*, 1696.

□ Bastide, Charles, *John Locke, ses Théories Politiques et leur Influence en Angleterre*, Paris, Leroux, 1906; Franklin, Julian, *John Locke and the Theory of Sovereignty*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978; Grant, Ruth, *John Locke's Liberalism*, Chicago, The University of Chicago Press, 1987; Marshall, John, *John Locke. Resistance, Religion and Responsibility*, Cambridge University Press, 1997; Naert, Emilienne, *Locke ou la Raisonabilité*, Paris, Librairie Seghers, 197; Parry, G., *John Locke*, Londres, Allen & Unwin, 1973; Simmons, John, *The Lockean Theory of Rights*, Princeton, Princeton University Press, 1994; - *On the Edge of Anarchy. Locke, Consent and the Limits of Society*, Princeton, Princeton University Press, 1995; Wood, Neel, *John Locke and the Agrarian Capitalism*, Berkeley, University of California Press, 1984.

▢ Châtelet (DOP), Châtelet/ Kouchner (NDNC), pp. 150-15; Chevalier (HPP), II, pp. 29-5; Cunha, Joaquim Silva, op. cit., pp. 247-25; Gettel (1936), pp. 259 segs.; Gierke (NL, 1938), pp. 101, 103, 106, 113, 128, 136, 149 e 15; Maltez (ESPE, 1991), II, pp. 202 segs; Moncada (FDE), I, pp. 205-22; Prélôt (DP), 3, pp. 35 segs; Raynaud, Philippe, «Locke», Châtelet (DOP), pp. 459-47; Russell, Bertrand, *A History of Western Philosophy*, 1945 (Nova York, Simon & Schuster, 1972), pp. 604 segs.; Truyol (HFDE). 2- *Del Renacimiento a Kant*, Madrid, Alianza Universidad, 1982, pp. 194 segs; Soveral, Eduardo Abranches, «John Locke», in *Logos*, 3, cols. 439-44; Strauss/Cropsey (1987), p. 476 ; Theimer (1970), trad. port., pp. 141 segs..